MARINHA DO BRASIL DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA (CP-T/2018)

DIREITO (Discursiva)

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1-Verifique se a prova recebida está completa (1ª Parte Peça Processual ou Parecer; e 2ª Parte 4 (quatro) questões sob forma de problemas), com as respectivas folhas de rascunho e do texto definitivo (consta no cabeçalho de cada folha a questão correspondente) e se não faltam questões ou páginas. Escreva corretamente o seu nome, coloque o seu número de inscrição e o dígito verificador (DV) apenas nos locais indicados. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal que tome as providências cabíveis;
- 2- A duração da prova será de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado à transcrição dos textos para as folhas de texto definitivo da Prova Discursiva. Será permitida a consulta exclusivamente à legislação não comentada ou anotada, sendo admitida somente a remissão a artigos de textos legais e sendo vedados o uso de corretivo líquido (ou de qualquer outra natureza) e de rasuras;
- 3 Só inicie a prova após ser autorizado pelo fiscal, interrompendo a sua execução quando determinado. Ao término da prova, entregue o caderno ao fiscal, sem desgrampear nenhuma folha;
- 4- Somente será permitido o uso de caneta esferográfica azul ou preta (não serão corrigidas as respostas a lápis e aquelas que excederem o espaço destinado para cada questão);
- 5- O tempo mínimo de permanência do candidato no recinto de aplicação da prova é de 1 (uma) hora. O candidato não poderá levar a prova após sua realização;
- 6- Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O candidato somente poderá deixar o seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos a seguir especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim: atendimento médico por pessoal designado pela Marinha do Brasil; fazer uso de banheiro e casos de força maior, comprovados pela supervisão do certame, sem que aconteça saída da área circunscrita para a realização da prova.
 - Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova e, em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada;
- 7- A solução deve ser apresentada nas páginas destinadas a cada questão;
- 8- Não é permitida a consulta a livros ou apontamentos;
- 9- A prova não poderá conter qualquer marca identificadora ou assinatura, o que implicará na atribuição de nota zero;
- 10- Será eliminado sumariamente do concurso e as suas provas não serão levadas em consideração, o candidato que:
 - a) der ou receber auxílio para a execução de qualquer prova;
 - b) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
 - c) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução das provas;
 - d) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o determinado para esse fim; e
 - e) cometer ato grave de indisciplina.

NÃO DESTACAR A PARTE INFERIOR

RUBRICA DO PROFESSOR	ESCALA DE	NOTA	USO DA DEnsM
	000 A 100		

PREENCHIDOS CANDIDATOS	*	CONCURSO: CP-T/2014 NOME DO CANDIDATO:				
CAMPOS PRI PELOS CAN	-	Nº DA INSCRIÇÃO	DV	ESCALA DE 000 A 100	NOTA	USO DA DEnsM

1ª Parte - Peça processual ou parecer (Valor: 40 pontos)

Considere uma situação hipotética em que determinada pensionista militar, por morte de seu pai, falecido em 1980, possui uma matrícula como professora universitária federal e requer, presentemente, junto ao Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha (SVPM), sua habilitação para o recebimento de pensão militar na qualidade de viúva, em razão do falecimento de seu marido em maio de 2017. Ocorre que o militar falecido em 2017 havia renunciado ao desconto de 1,5% sobre as parcelas que compõem a remuneração.

Considere ainda que a pensionista:

C - Minuta de despacho decisório.

- 1 Alega possuir o direito de receber as duas pensões, ou seja, manter a pensão de seu pai e ser habilitada na pensão de seu marido falecido, fundamentando que os rendimentos recebidos por ela, como professora universitária federal, são fruto de seu trabalho e possuem natureza alimentar.
- 2 Baseia seu pedido na Lei n° 3.765/60, que, segundo a requerente, permitiria que ela acumulasse as duas pensões militares.
- 3 Relata que, em consulta ao SVPM, foi informada de que, mesmo que renunciasse ao cargo público de professora, não poderia acumular as duas pensões militares.

Dessa forma, na função de analista jurídico do Diretor do Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha, elabore um parecer exauriente no intuito de assessorar a Autoridade Naval quanto ao deferimento ou indeferimento do pleito da requerente. Deverão ser abordados os seguintes aspectos:

A - Legalidade	ou ilegalidade	da acumulação	pretendida.
----------------	----------------	---------------	-------------

B - Legislação e princípios aplicáveis ao caso concreto.

Prova : Discursiva Concurso : CP-T/2018

Continuação da 1ª Parte

Continuação da 1ª Parte

Prova : Discursiva Concurso : CP-T/2018

Continuação da 1ª Parte

Continuação da 1ª Parte

Concurso : CP-T/2018 Prova : Discursiva Profissão : DIREITO

2ª Parte - Questão 01 (Valor: 10 pontos) Foi proposta Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ao argumento de que uma determinada lei violou Tratado Internacional. Com base em recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em que hipótese o Tratado Internacional poderá ser utilizado como parâmetro em sede de controle de constitucionalidade? Justifique sua resposta. (10 pontos)

Prova : Discursiva

Profissão : DIREITO

Continuação da Questão 01

Questão 02 (Valor: 20 pontos) No que tange ao controle difuso, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a lei federal "Y" inconstitucional. Sendo assim, responda às perguntas a seguir. a) Com base na recente posição firmada pelo STF, qual a eficácia da decisão do STF, que declarou incidentalmente a lei federal "Y" inconstitucional? Justifique sua resposta. (15 pontos) b) Sobre o tema "Controle Difuso nos Tribunais e a cláusula de Reserva de Plenário", à luz do entendimento de Pedro Lenza encontrado no livro Direito Constitucional Esquematizado, cite duas hipóteses em que a referida cláusula, prevista no art. 97 da CRFB/88, poderá ser mitigada. (5 pontos)

Prova : Discursiva Concurso : CP-T/2018

Continuação da Questão 02

Prova : Discursiva Concurso : CP-T/2018

Questão 03 (Valor: 15 pontos) Uma Organização Militar (OM) necessita urgentemente adquirir um helicóptero para a realização de atividades operacionais. No entanto, em virtude de contingenciamento, naquele momento, não possui a dotação orçamentária apta a tornar possível tal aquisição. O Comandante da referida OM, precisando de celeridade e no intuito de agilizar o mencionado processo licitatório, enquanto não consegue a dotação orçamentária cabível, pretende utilizar o Sistema de Registros de Preços (SRP), na modalidade concorrência, pois, no SRP, a dotação orçamentária somente será exigida quando da formalização do contrato ou outro instrumento hábil. Com relação à situação acima e de acordo com a legislação e o entendimento de Sidney Bittencourt, faça o que se pede: (A) A ideia do Comandante é juridicamente possível? Justifique sua resposta. (7,0 pontos) (B) Discorra sobre as vantagens do SRP. (8,0 pontos)

Prova : Discursiva Profissão : DIREITO

Continuação da Questão 03

Prova : Discursiva Concurso : CP-T/2018

Questão 04 (Valor: 15 pontos)
De acordo com Sidney Bittencourt em "Pregão Passo a Passo", cite as principais diferenças entre pregão presencial e pregão eletrônico. (15 pontos)

Continuação da Questão 04